



Revista Brasileira de Direito Municipal - RBDM

Belo Horizonte, ano 16, n. 56, abr./jun. 2015

Editorial

- ◆ A “Cultura Irresponsável”
Márcio Luís de Oliveira

Doutrina

Artigos

- ◆ O regime jurídico dos consórcios públicos e a estabilidade do servidor público contratado pela consolidação das leis do trabalho
Adriano da Silva Ribeiro
- ◆ Uso dos espaços públicos comuns pelas redes de serviço público
Carlos Ari Sundfeld
- ◆ Cidades são possíveis?: A ordenação do solo urbano e a corrupção urbanística
Carlos Vinícius Alves Ribeiro
- ◆ Concurso Público e o direito à nomeação
Cristiana Fortini, Fabrício Motta
- ◆ Inexigibilidade de licitação para contratação de serviços de auditoria e consultoria financeira
Graziela de Castro Lino, Rodrigo Silveira Diniz Machado
- ◆ Gestão associada para prestação dos serviços públicos de saneamento básico
Gustavo Alexandre Magalhães
- ◆ Discrecionabilidade legislativa e a responsabilidade do legislador
Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira
- ◆ Ações afirmativas de inclusão ao mercado de trabalho instrumentalizadas pelas contratações públicas – Análise da juridicidade
Marcílio Henrique Guedes Drummond
- ◆ O papel dos Municípios na concretização dos Direitos Fundamentais
Patricia Marques Gazola
- ◆ Breves reflexões sobre a Lei nº 11.888/08 – Assistência técnica pública gratuita para famílias de baixa renda
Priscilla Iacomini Felipe

- ◆ Desafio de um novo Federalismo: o reencontro pelos Municípios de um espaço para a vontade de coordenação
Vanice Lirio do Valle

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Ação civil pública – Improbidade administrativa – Art. 10, da Lei nº 8.429/92 – Prefeitura municipal – Não recolhimento de contribuições previdenciárias – Necessidade de fazer frente a outras despesas – Pagamento de servidores e fornecedores – Ausência de recursos – Ausência de ato ímprobo

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Constitucional – Administrativo – Município – Programas nacionais – Verbas legais – Transferência automática – Sistema distinto do adotado nas verbas voluntárias – Convênio – Mesmo entendimento – Adoção de medidas para sanar as irregularidades da municipalidade – Devido processo legal – Suspensão da restrição do município – Desbloqueio dos recursos – Possibilidade

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

FUNDEF/FUNDEB – Cálculo do Valor Mínimo Anual por Aluno (VMAA) – Ilegitimidade dos servidores públicos municipais – Utilização das verbas recebidas pelo fundo – Pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica – Discricionariedade do Município na administração e aplicação de tais valores

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Ação civil pública – Bem tombado pelo IPHAN – Decreto-Lei nº 25/37 – Proprietário não identificado – Dever de conservação – Responsabilidade da União Federal – Ilegitimidade passiva do município

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Tributário – IPTU – Embargos à execução – Notificação por meio da guia de cobrança – Imóveis de propriedade da Caixa Econômica Federal – Ocupação – Favela – Relação jurídico-tributária mantida – Imposto devido – Excesso de execução não comprovado

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Constitucional
- ◆ Convênio
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Licitações e Contratações Públicas
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Previdenciário
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Administrativo
- ◆ Tombamento